

## **O MOVIMENTO COCALERO NA BOLÍVIA: os “discursos” e as práticas que tentam (re)estruturar um país**

## **EL MOVIMIENTO COCALERO EN BOLIVIA: los “discursos” y las prácticas que tratan de (re)estucturación de um país**

Roberto Mauro da Silva Fernandes<sup>1</sup>

Adáuto de Oliveira Souza<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este trabalho se propõe a discutir alguns aspectos do Movimento cocalero na Bolívia, e a atuação dos diferentes sujeitos que estão envolvidos no processo de transformações sociais, políticas e culturais desse país. Analisaremos algumas conjunturas que dão origem ao movimento cocalero e permitem a eleição de um indígena a presidência da República e quais os reflexos desses acontecimentos para além da esfera doméstica do país. A discussão tem também como objetivo desmistificar algumas questões que atingem o plantador de coca boliviano, que ganhou o estereótipo de traficante de cocaína, e assim contribuir para que se possa conhecer o “outro”.

**PALAVRAS-CHAVES:** Bolívia; neoliberalismo; o outro; nacionalismo; cocalero

**RESUMEN:** Este artículo se propone discutir algunos aspectos del movimiento cocalero em Bolívia, y la actuación de los diferentes temas que están involucrados en el proceso de los derechos sociales, políticos y culturales em ese país. El análisis de algunas situaciones que dán lugar al movimiento cocalero permitir la elección de um presidente indígena de la República y lo que las repercusiones de estos acontecimientos mas allá de la esfera doméstica Del país. El debate también apunta a desmistificar algunas cuetiones que afectan a los agricultores de coca boliviana que ganó el estereotipo de un traficante de cocaína, y contribuir para que podamos conocer el “outro”.

---

<sup>1</sup> Aluno do Programa de Pós-Graduação – nível Mestrado – em Geografia, na Universidade Federal da Grande Dourados - Roberto\_mauro.78@hotmail.com

<sup>2</sup> Professor/Orientador no Curso de Pós-Graduação em Geografia (UFGD) - adauto.souza@ufgd.edu.br

PALABRAS CLAVE: Bolívia, el neoliberalismo, el otro; nacionalismo; coccalero

## INTRODUÇÃO

O processo que conhecemos como “globalização”, e que foi consolidado pelas diretrizes do “Consenso de Washington” no final da década de 1980, além de convencionar o mundo como um “espaço” sem fronteiras, engendrou mecanismos antagônicos à própria dinâmica inerente às práticas neoliberais que nascem com o mundo globalizado. Somente para nos recordarmos, o “Consenso de Washington” se tratou de uma reunião patrocinada pelo Instituto Internacional de Economia em Washington, onde participaram membros do governo dos Estados Unidos, do FMI, do Banco Mundial, de empresas transnacionais (SOUZA, 2008, p.271), e foi um encontro que definiu as novas leis de atuação na economia mundial.

Mas as práticas neoliberais, que reorientaram os discursos políticos e os processos econômicos, trouxeram também como consequência a acentuação da miséria, da pobreza, da criminalidade e do desemprego. Essas “dificuldades” conjunturais puderam ser sentidas em uma escala macro com as crises no México em 1994, na Ásia em 1997, na Rússia em 1998, no Brasil em 1999 e na Argentina em 2001 (PINTO, 2008, p.147). Podemos notar, através das crises mencionadas, que durante toda a década de 90 os efeitos negativos das políticas neoliberais estiverem atuantes, principalmente na “periferia” do planeta (mas é forçoso ressaltar que o neoliberalismo também contribuiu positivamente com as novas práticas governamentais a partir do século XXI,

onde os Estados passam a utilizar dos mecanismos neoliberais para benefício próprio, principalmente os países sul-americanos), e esta conjuntura de crises reascende alguns “nacionalismos”, fato que vai em detrimento ao discurso neoliberal de apresentar o mundo literalmente sem limites fronteiriços.

Acerca desse processo de “remoçares” nacionalista, temos o caso boliviano: pela primeira vez na história do país um indígena chega à presidência, este fato é, entre outras coisas, resultado da instalação das políticas neoliberais na Bolívia e de suas conseqüências não muito favoráveis para esse país. Acontecimento político que possibilita ao MAS - Movimiento al socialismo - partido do presidente Evo Morales, criar uma plataforma governamental com base na população indígena, e que se apresenta controversa para muitos analistas, e principalmente para o mundo, visto que a condição política/social desse país, não se resume somente a sua esfera interna, mas atinge todas as nações que direta ou indiretamente estão envolvidas com a Bolívia.

Esse trabalho tem como objetivo demonstrar que determinados discursos não podem ser ensejados pelas conjunturas que se desenrolam em curto prazo. O governo Morales e a Bolívia são vistos por alguns setores da comunidade internacional (imprensa, grupos partidários, etc.,) como sujeitos não muito confiáveis para o que convencionamos como democracia. Dessa forma a palavra “instabilidade” e o atual governo boliviano são considerados, segundo alguns discursos, sinônimos. Vamos tentar demonstrar que determinadas conclusões somente podem ser tiradas a partir do momento que

se entende o que circunda a história de uma nação. Por outro lado, não estamos tentando deixar a entender que “instabilidades” não existem nesse país (nenhuma nação está isenta de instabilidades sejam elas políticas, econômicas, sociais, etc.), mas é necessário entender que o significado desse conceito tem sentidos diferenciados para os que participam e participaram da história da Bolívia e para aqueles que analisam de fora tais processos.

O histórico da Bolívia é dotado de sinuosidades, de reconstruções políticas e sociais, dessa forma, convencionou-se analisar o atual governo boliviano como o causador das contradições e da provável “instabilidade” que assola o país e que incomoda os setores que se beneficiavam com a fragilidade econômica boliviana, e que agora discordam das reorientações que o atual governo engendra em relação aos mesmos. Não podemos esquecer, ao analisarmos esses quatro primeiros anos de Morales e do “MAS”, que a ascensão da cúpula governamental que agora conduz o país, foi resultado dos processos políticos, sociais e econômicos negativos as classes menos favorecidas desse país, na sua maioria composta pela população de origem indígena, e que há anos atingem a Bolívia. Assim, a priori, na nossa concepção a Bolívia ainda se constitui como uma “incógnita”, pelo fato de se encontrar em um processo de reconstrução, de reestruturação.

Vamos refletir acerca de alguns aspectos paradoxais desse processo de reestruturação. Para sermos mais específicos analisaremos a política do governo Morales no que se refere à produção da folha de coca como mecanismo de atração de divisas para a Bolívia, visto que a produção da

mesma não se destina somente como matéria-prima utilizada na fabricação da cocaína. Proporcionamos essa discussão, pois ainda existem pejorações sobre a “política cocalera” na Bolívia. Tal desconhecimento, ou a aceitação de determinadas práticas, pode vir a ser prejudicial para o desenrolar do processo de integração do continente sul-americano, pois pensamos que um dos primeiros passos para se consolidar os mecanismos de reciprocidade entre os Estados desse continente seria o de conhecer as particularidades que existem na construção da história do “outro”. Tentar esclarecer alguns acontecimentos da história recente da Bolívia contribuiria para mitigar o discurso estigmatizado de que a mesma é um país instável.

Esse estereótipo foi ainda mais propagado depois dos eventos engendrados pelo decreto de nacionalização dos hidrocarbonetos no país em 2006, e principalmente pelo posicionamento do MAS de incentivar a produção da folha da coca para fins lícitos. Vejamos o exemplo do decreto nº 28.701, que nacionalizou os hidrocarbonetos na Bolívia, fora consequência de lutas sociais e respaldado pelo direito internacional, através da resolução 1.803 da Assembleia Geral das Nações Unidas, conforme Urpi Montoya Uriarte & Antônio Marcos Pereira Brotas:

O decreto boliviano do governo Evo Morales está respaldado na Constituição boliviana de 1967 e na lei de hidrocarbonetos de 2005, que é o resultado de um plebiscito junto ao povo boliviano realizado em 2004. No âmbito do direito internacional, a medida está igualmente respaldada: a resolução 1803 da assembleia geral das Nações Unidas garante às nações a

soberania dos recursos naturais e seu direito a reclamar sua nacionalização (URIARTE & BROTAS, 2007, p.02).

A omissão por parte, principalmente, da imprensa brasileira em relação a esses fatores de mobilização social e legal, fez com que a mesma criasse uma comoção pseudo-nacionalista, como se os objetivos dos empresários do principal centro econômico do Brasil (Sudeste), beneficiados pelo baixo custo do gás boliviano, fossem os mesmos da população brasileira em geral. O discurso da Bolívia como país “instável” foi mais uma vez vinculado para os milhões de expectadores. Não queremos nos aprofundar nesse assunto circunscrito ao gás boliviano, mas nos serve de parâmetro para o que estamos querendo discutir, o mesmo parece acontecer em relação à política “cocallera” do MAS e do governo.

Algumas declarações foram feitas, por parte de pessoas públicas, se referindo a um suposto envolvimento do governo Morales e do próprio com o tráfico de cocaína para o Brasil (DEFESA BRASIL, 2010, p.01). Argumentações desse nível, pois são acusações sérias, que abrangem não somente uma pessoa, mas circunscreve todo um país e a relação existente entre Brasil e Bolívia, deve ser analisadas minuciosamente, porque ao se acusar o governo Morales de tráfico, por ter criado uma suposta política econômica, baseada na produção da coca, acusa-se todo plantador de coca na Bolívia de traficante de cocaína, além de permitir a disseminação dessa idéia em outras sociedades, inclusive na brasileira.

Este trabalho faz parte da dissertação que estamos realizando no Programa de Pós-Graduação em Geografia, nível Mestrado, da Universidade Federal da Grande Dourados, que tem como objetivo analisar as “interações espaciais” que a rodovia bioceânica ensejará na fronteira do Brasil com a Bolívia, mais especificamente, na “zona de fronteira” onde se localizam as cidades de Corumbá e Ladário (Brasil) e Puerto Quijarro e Puerto Soares (Bolívia). A “bioceânica” é um projeto que envolve os dois países, e se concretiza pelos esforços de ambos no processo que envolve a integração política, econômica e social do continente, e que também está relacionado aos novos “olhares” que se direcionam para as regiões de fronteira.

Mas, no que uma discussão sobre o “movimento cocalero” na Bolívia se relaciona com os projetos de integração da América do Sul? Como afirmamos anteriormente, a “instabilidade” boliviana, em muitos momentos, é produzida por discursos, ou por desconhecimento da história política e social do país, vinculados em declarações que têm por fim a construção de situações de crise com fins político-partidários e que ainda tem por objetivo desconstruir as tentativas de autonomia do continente para favorecer alguns setores. Caso a última afirmativa ganhe ênfase todos os esforços que almejam aproximar as nações sul-americanas, e que também visam criar políticas coerentes e próprias para as regiões de fronteira, podem ficar comprometidas.

Não tentaremos estabelecer “verdades”, até porque as mesmas são construídas conforme os aparelhos de poder que atuam nas sociedades e através das forças que caracterizam os Estados. Nosso objetivo é demonstrar

o quanto é necessário circunspeção para analisar determinados casos, principalmente quando estes envolvem trajetórias histórico-sociais diferentes, desiguais, e ainda mais quando se referem a América do Sul, que ao longo dos últimos anos está permeada de “discursos” impregnados de etnocentrismos e de xenofobia. O que tentaremos demonstrar é que a Bolívia passa por um processo de reestruturação social, política e principalmente econômica, explorando o que é inerente a sua trajetória histórica.

#### 1985 - O ANO QUE MUDOU A HISTÓRIA POLÍTICA/SOCIAL DA BOLÍVIA: GÊNESIS DO MOVIMENTO COCALERO

A Bolívia foi o primeiro país do continente sul-americano a adotar de forma mais aprofundada as políticas neoliberais. Como afirma Emir Sader, “foi no combate a hiperinflação boliviana que Jeffrey Sachs pode testar os modelos de estabilidade monetária que depois foram exportados a países do leste europeu” (SADER, 2006, p.57). Estas práticas de combate a inflação na Bolívia fazem parte do processo laboratorial pelo qual passou a América Latina para as experiências do neoliberalismo.

A Bolívia é denominada por Perry Anderson como a “experiência-piloto” para o neoliberalismo pós-soviético. Souza (2004) em convergência com a afirmação de Anderson (1996) descreve como o processo se dá:



Este tratamento de choque foi preparado por Jeffrey Sachs para ser utilizado pelo general Hugo Banzer, mas quem ganhou as eleições de 1985 foi Paz Estenssoro, que adotou o plano na íntegra, e o então Ministro da Economia, Sanches de Lozada, depois presidente da Bolívia, conseguiu estancar uma hiperinflação de 23.500% para 10% ao ano. Sem levar em conta o aspecto social, o plano foi um fracasso. (SOUZA, 2004, p.207).

Esta última afirmação de que no aspecto social o plano neoliberal na Bolívia foi um fracasso esta relacionada à Nova Política Econômica do país que promoveu um processo de abertura econômica, caracterizada por uma política monetária restritiva combinada com a eliminação no controle dos preços e o início das privatizações, além do fechamento das minas de estanho não-lucrativas (PINTO, 2008, p.185). Luís Fernando Sanná Pinto afirma que o fechamento das minas promoveu a “demissão de cerca de 23 mil trabalhadores do setor e de outros 50 mil funcionários públicos.” Um impacto social muito grande, que promove o fim da estabilidade do emprego e uma onda de desemprego sem precedentes.

Sanches de Lozada, Ministro da Economia da Bolívia na época do evento, elucida como se deu a reação da população acerca das medidas econômicas do governo:

[...] Assim que implantamos as medidas, tivemos uma greve geral; o país ficou parado dez dias em setembro de 1985. [...] No décimo dia, os líderes sindicais iniciaram uma greve de fome, que foi seu grande erro. Foi então que decidimos declarar o Estado de emergência. [o presidente] Paz acreditava

que o povo considerava a situação insustentável. Assim capturamos os líderes sindicais e os deportamos para o interior do país. Isso desarticulou o movimento trabalhista. Fechamos o Comibol, consórcio de mineração do Estado, e demitimos 24 mil trabalhadores, além dos cerca 50 mil funcionários públicos despedidos em todo país. Acabamos com a estabilidade do emprego. (CHOSSUDOVSKY, 1999, p.206)

Esta situação descrita por Lozada enseja o início do que entendemos como “um novo começo da história política e social da Bolívia”, estas medidas tomadas por parte do governo, ao invés de desarticular os movimentos trabalhistas, contribui para politizar o movimento camponês indígena. Processo que culminará no início do século XXI com a eleição de Evo Morales a presidência do país. Como explica Pinto (2008):

A desarticulação dos poderosos movimentos sindicais das minas foi condição necessária para a implementação do modelo neoliberal. Entretanto, na década de 1990, a elite boliviana perceberia que tais medidas contribuíram para despertar forças sociais ainda mais poderosas: os ex-líderes sindicais acabaram indo trabalhar com os camponeses indígenas, aumentando sua conscientização e dando um caráter político ao movimento cocalero (PINTO, 2008, p186).

Assim, a implantação das políticas neoliberais ensejaram o desencadeamento de um movimento contra-discursivo inimaginável as próprias elites que apoiaram o processo neoliberal no país. Essas aproximações das lideranças políticas das áreas urbanas para o campo ativam o movimento dos plantadores de coca, movimento que tinha como líder máximo Evo Morales Ayma, presidente da *Federación de Campesinos Cocaleros da Bolívia* (PINTO,

2008, p.190). A federação que Evo Morales liderava, abriga os plantadores tradicionais da coca, já que o plantio da mesma é uma atividade milenar no país, para atender ao mercado interno: “a comercialização das folhas de coca têm um amplo, legal e legítimo mercado de consumo interno na Bolívia”, afirma Pinto (2008, p.188).

A ascensão do MAS no cenário nacional boliviano se inscreve justamente na conjuntura de mudanças neoliberais que os governos anteriores a Morales adotaram, proporcionando este êxodo dos líderes sindicais para o campo. Mas a aparição do movimento cocalero e do “MAS” não se dá isoladamente: a articulação e o sincretismo entre o partido de esquerda e o movimento indígena surgem em consequência dos projetos estadunidenses de se erradicar o cultivo da coca (PINTO, 2008, p.188), dessa forma um intenso processo de repressão ao pequeno produtor se inicia.

É importante ressaltar esse fato, pois com a implantação das políticas neoliberais no país, ocorre uma expansão da narcoeconomia boliviana, principalmente porque as demissões em massa e a abertura comercial destruíram boa parte da economia nacional. Chossudovsky (1999, p.209) afirma que a liberação do mercado de câmbio por meio de leilão holandês (bolsín) foi acompanhada de medidas que conferiram legitimidade à lavagem de narcodólares no sistema bancário doméstico boliviano:

Introduziu-se o sigilo nas transações de câmbio (el secreto bancario) e estimularam-se o aumento de depósitos em dólar e a repatriação de capital para o sistema bancário

doméstico. Taxas de juros extremamente altas (5% acima do libor) contribuíram para atrair 'depósitos de hot money' para os bancos comerciais da Bolívia.

Esses depósitos incluíram as receitas derivadas do comércio de drogas atribuídas a intermediários bolivianos. O sigilo bancário ('sem perguntas'), as reformas do regime de câmbio, que permitiram o livre movimento de dinheiro para dentro e para fora do país, juntamente com as altas de juros, estimularam os depósitos de narcodólares no setor bancário comercial boliviano (CHOSSUDOVSKY, 1999, p.209)

Esse processo que acabamos de destacar, nos leva a pensar até que ponto o tráfico de cocaína está relacionado como o processo de reformulação do sistema financeiro engendrado pelo processo neoliberal na Bolívia. Há indícios de que o programa norte-americano de erradicar totalmente o plantio da coca estava diretamente interessado em erradicar as ações dos produtores tradicionais (PINTO, 2008, p.188), o que leva alguns setores da oligarquia boliviana a se apropriarem desse projeto estadunidense. De acordo com as palavras de Chossudovsky (1999, p.209), "usando poderes conferidos pela legislação pertinente (Ley del régimen de la coca), o governo criou unidades móveis de patrulhamento rural (as UMOPAR - Unidades Móviles de Patrullaje Rural) nas áreas de produção de coca".

Esta política repressiva aos produtores tradicionais é vista por Pinto (2008, p.188) como um dos fatores que contribuíram para aumentar as áreas de produção que visavam utilizar a coca como matéria-prima para a produção de cocaína e posteriormente sua exportação, já que redirecionou a mão-de-

obra indígena para este tipo de cultivo. Assim surge dos governos neoliberais bolivianos a partir de 1985, ações que visavam à destruição do patrimônio cultural andino, enquanto a produção de droga para exportação não era suprimida.

Toda esta conjuntura propicia a mobilização dos camponeses indígenas, liderada pela *Federación de Campesinos Cocaleros* da Bolívia, cujo principal protagonista era Evo Morales, *Federación* que a partir do segundo governo de Hugo Banzer (1997-2001), passa a apresentar programas que vislumbravam a erradicação dos programas norte-americanos, ou seja, de *cocaína cero* ao invés da *coca cero* exigido pelo governo dos Estados Unidos (PINTO, 2008, p.188). As crescentes mobilizações lideradas pelo MAS, associadas aos camponeses indígenas conduzirão Morales a presidência da Bolívia no ano de 2006.

A ascensão de Evo Morales ao poder máximo do cenário político boliviano é preciso ressaltar, coincide com a aproximação dos países sul-americanos no final do século XX e início do XXI, com objetivo de aglutinar esforços, devido ao processo de desequilíbrio que se instalava no continente nos últimos vinte anos, afirma Batista Jr.(2008):

De uma maneira geral, as economias cresceram pouco e a geração de empregos foi insuficiente. Agravaram-se os desequilíbrios de balanço de pagamentos e a vulnerabilidade externa. A renda continuou extremamente concentrada e persistiu um quadro de pobreza ou miséria para grande parte da população (BATISTA Jr., 2008, p.228).

A reação sul-americana se dá, nos apoiando ainda em Paulo Nogueira Batista Jr., a partir das eleições presidenciais nos primeiros anos do século XXI, com a ascensão a presidência de candidatos de centro-esquerda, acontecimento que ensejará articulações políticas de maior aproximação entre os países do continente, cenário que demonstra a vontade de diminuir a influência norte-americana na América do Sul:

Veio então a reação. Nas ruas e nas urnas. Forças políticas alinhadas a Washington perderam as eleições em diversos países. Alguns presidentes, como Fernando de la Rúa, na Argentina, e Sánchez de Losada, na Bolívia, foram levados à renúncia por rebeliões populares. Hoje, na maior parte da América do Sul os governos se situam do centro para a esquerda do espectro político. Em alguns casos, as mudanças têm sido tímidas e graduais. Mas prevalece um certo distanciamento em relação às políticas econômicas e internacionais dos anos 90.(BATISTA Jr.,2008,p.228)

Armen Mamigonian (2006) analisa a nova conjuntura sul-americana no início do século XXI da seguinte forma:

Depois de duas décadas perdidas para a América Latina, o modelo neoliberal imposta pelos EUA esgotou-se num grande desastre econômico-social. Nos anos de 1998-2003 as mobilizações, os protestos e as revoltas populares se traduziram em resultados eleitorais, que levaram à ascensão de governos nacionalistas na Venezuela e na Argentina, em nítida ruptura com o imperialismo (MAMIGONIAN, 2006, p.15).

Assim, as políticas neoliberais implantadas nos países do continente sul-americano os atingem de forma contundente, elevando os índices de desemprego, miséria, etc., fato que provoca reações populares que se refletirão, principalmente, através das urnas.

Na Bolívia as manifestações populares proporcionaram um choque entre duas tradições, a milenar dos povos originários; e a das classes dominantes, a que se somavam interesses estrangeiros (TEIXEIRA, 2010, p.06). É devido a esse cenário de repressão a uma cultura tradicional que emerge o movimento cocaleiro na Bolívia e a partir dele surgirão as “demandas étnicas” dos indígenas bolivianos, pois problemas históricos como a exclusão da vida nacional, a perseguição dos cocaleros, a ausência de uma reforma agrária profunda, parece, que em quatro anos de governo Morales é quase impossível de serem sanados.

## O MOVIMENTO COCALERO E OS SUJEITOS QUE ATUAM A PARTIR DELE

A questão que envolve o movimento cocaleiro é de extrema importância, pois circunscreve as práticas lícitas e ilícitas sobre o cultivo da coca, visto que o cultivo desta planta não é somente para a produção da cocaína. Enfatizamos tal fato porque é necessário compreender que os *cocaleros* tradicionais da Bolívia não podem ser confundidos com os traficantes que produzem a coca para transformá-la em cocaína, tal visão desconsidera o patrimônio cultural dos povos Andinos que cultivam e consomem a folha de coca desde o século II

antes de Cristo (PINTO, 2008, p.187), além de ser uma afronta ao movimento político engendrado pelos grupos indígenas que se articularam para contrapor os projetos neoliberais e seus impactos negativos, e que tem como objetivo produzir a coca para transformá-la em fonte rentável de geração de divisas para o país, principalmente na utilização como matéria-prima para fabricação de bens industrializados.

Segundo Uriarte & Brotas (2007) existem outros fins para a folha de coca:

O movimento “cocalero” propõe industrializar a coca boliviana, produzindo a partir dela o que se chama de “*smart drink*” (bebidas inteligentes de memória, energia e poder), mates, doces, chicletes, sorvetes, pastas de dentes, pomadas, tônicos, etc., além dos usos medicinais há décadas já demonstrados, porém pouco veiculados para o grande público (URIARTE & BROTAS, 2007, p.16).

Ainda em consonância com esses autores:

Há muito tempo foram comprovados os seguintes usos medicinais da folha de coca: como regularizador de glicose no sangue e favorecedor da absorção de carboidratos (a farmacopéia andina recorreu sempre à coca como o melhor remédio para a diabete e regulador do metabolismo dos açúcares), como tratamento parcialmente eficaz dos dependentes de cocaína usando a mastigação, como estimulante substituto para curar dependência de anfetaminas, a cocaína pura é hoje insubstituível na cirurgia intra-ocular e outras especialidades cirúrgicas de alta precisão, para dores e espasmos gastro-intestinais; como antidepressivo, para enjôos e vertigem, para o tratamento sintomático da dor de dentes e



feridas nas cavidades bucais; como tônico e regularizador das funções corporais (URIARTE & BROTAS, 2007, p.16/7).

Podemos assim observar a importância que a folha de coca e o movimento *cocalero* têm nessa trajetória de reconstruções políticas, sociais e econômicas da Bolívia, já que a coca possibilita o beneficiamento de inúmeros produtos de comercialização lícita.

É imperativo destacar que a “política étnica” em que se sustenta o MAS, se origina de todo processo histórico de exclusão social e étnica que se desenvolveu no país ao longo dos anos. Segundo a tipologia étnico-nacional de Darcy Ribeiro, a sociedade boliviana pode ser classificada como um *povo-testemunho*, configuração que é caracterizada e integrada “pelos sobreviventes de altas civilizações autônomas que sofreram o impacto da expansão européia” (RIBEIRO 2007, p.79).

A República da Bolívia lida em termos da continuidade histórica com a colônia, dominada pelas elites mestiço-crioulas, brancas, construiu, reinventou e adaptou ao longo dos tempos formas e projetos de extermínio cultural, exploração econômica e exclusão política dos povos indígenas (TEIXEIRA, 2009, p.13).

Temos ainda que ressaltar que a instalação das políticas neoliberais na Bolívia e adoção de projetos econômicos nesses moldes, além da diminuição da renda, desemprego, subemprego (cerca de 68% da força de trabalho passou a inserir-se na economia informal), ocorreu um processo de reclassificação social em todos os setores. As identidades no campo e também

nas cidades, expressas em termo de classes sociais e funcionais, como a operário-mineira ou a campesina, teriam cedido lugar as identidades “étnicas”, por exemplo, quéchua e aimará (TEIXEIRA, 2009, p.15). O que contribui para o fortalecimento dos laços comunitários e de parentesco:

A partir de então, o associativismo comunal indígena, organizado em movimentos sociais e políticos, articulou-se no contexto do altiplano, adquirindo ampla capacidade de mobilização popular e de reivindicação junto ao Estado (TEIXEIRA, 2009, p.15)

Essa conjuntura, que não envolve somente o ambiente interno da Bolívia, é o que pode explicar, em parte, a política do MAS (partido que elegeu Morales) ao se apoiar na população indígena, que tenta preservar e resgatar a sua própria existência como ser participativo de sua nação, processo que ganha maior consistência política com a chegada dos ex-líderes sindicais ao campo, mas em contrapartida, temos que nos atentar que aproximação do MAS as comunidades indígenas, pode ser também uma forma de manutenção e ampliação do seu atual poder, pelo fato de ser “situação” no governo boliviano, associando objetivos políticos as necessidades das populações indígenas.

Com a chegada de Evo Morales ao poder ocorrerá uma inversão dos papéis na história social do país, um indígena agora é o presidente, e com a ascensão do MAS e de Morales se efetuou uma mudança na superestrutura jurídica do Estado boliviano que favorece a população de origem indígena (pelo menos no discurso), como exemplo temos a promulgação de uma Nova

Constituição, que afirma o caráter multiétnico e pluricultural da Bolívia, valorizando o plurilinguismo na escola e instituições oficiais, assim como o fortalecimento dos direitos comunitários (TEIXEIRA, 2010, p.08).

Esse cenário vem de certa forma contribuir com a “instabilidade” étnica que ainda envolve o país hodiernamente, dessa forma seria natural os setores “brancos” se posicionarem em detrimento a inclinação do MAS em direção as comunidades indígenas e produtoras da folha de coca. Um exemplo dessas contradições esta na imprensa boliviana, os próprios meios de comunicação agem de forma agressiva as populações indígenas produtoras de coca, afirmam Urpi Montoya Uriarte e Antônio Marcos Pereira Brotas: “a própria imprensa boliviana desvirtua propositalmente pintando a imagem de drogados, mafiosos, sem ética, narcotraficantes” (URIARTE & BROTAS, 2007, p.16). Este discurso pode ser considerado uma nítida evidência de um posicionamento político antagônico ao governo Morales.

Assim, seria viável esclarecer o fato de que as políticas de combate e aceitação moderada da produção da coca foram oficializadas no governo de Paz Estenssoro em 1988. Ou seja, quase vinte anos antes de Morales se tornar presidente, já existiam articulações políticas que estavam relacionadas a produção da coca para fins lícitos e ilícitos no país:

Em 1988, no governo de Paz Estenssoro, cria-se a “lei do regime da coca e substâncias controladas”. Entre 1982 e 1988 se instalaram as bases para combate à “coca excedentária”, através da implementação de infra-estrutura, treinamento e

militarização dos organismos que se encarregariam disso (com apoio total norte-americano) (URIARTE & BROTAS, 2007, p.15).

Mas convencionou-se pensar que o problema do narcotráfico na Bolívia nasce com a ascensão do MAS e de Evo Morales a presidência do país. Pelo contrário o movimento cocalero ganha força na Bolívia em consequência dos processos de repressão ao produtor tradicional de coca, que estava sendo compelido a cultivá-la para a produção de cocaína e que teve nesses dois sujeitos (o MAS e Morales), instrumentos de liderança para se oporem as práticas espoliativas do próprio Estado boliviano:

A crescente mobilização dos camponeses indígenas contra o programa da fumigação total do cultivo da coca acabou ampliando ainda mais sua consciência, com o movimento se articulando politicamente em torno do Instrumento Político por la Soberania de los Pueblos que, por não ter conseguido legalizar a sigla na Corte Eleitoral do país, se juntou ao pequeno e até então inexpressivo partido Movimiento al Socialismo (MAS) [...] o MAS participou ativamente das rebeliões populares que se contrapunham às medidas neoliberais, como a privatização e posterior aumento no preço da água e, principalmente, contra a entrega do maior patrimônio do país- as reservas de gás - às transnacionais (PINTO, 2008, p.190)

Dessa forma, essa mobilização contribui para o processo que reescreve a história da Bolívia. É imperativo que se diga isso porque o movimento camponês na Bolívia encabeçado pelo MAS, ao nosso ver, está tentando resgatar a cultura indígena e todas as suas potencialidades, visto que os

processos que são antagônicos ao camponês boliviano e andino como um todo, é dotado de questões arbitrárias, que agridem sua própria história de existência. Uriarte & Brotas (2007, p.15), “relembra-nos” que em 1950, ao ser formada uma Comissão das Folhas da Coca das Nações Unidas, fora emitido um parecer dessa Comissão proibindo o cultivo da coca no Peru, na Argentina e na Bolívia:

A partir desse Informe, iniciou-se um consenso acadêmico em relação à nocividade da folha da coca e o ato de mastigá-la passou a ser enxergado como um vício étnico, restrito quase exclusivamente à população indígena andina, considerada por sua vez em processo inevitável de extinção. É bom salientar que essa Comissão omitiu toda pergunta à população mastigadora; assim, os supostos efeitos da coca sobre o corpo e mente foram uma série de pré-julgamentos, especulações, etnocentrismo e preconceito racial: a mastigação provocaria “alterações psíquicas”, “introspecção”, “prostração moral”, “escassa capacidade de atenção” e, portanto, “grande prejuízo econômico” (URIARTE & BROTAS, 2007, p.15).

Na década de sessenta ainda ocorreu a Convenção Única de Estupefacientes, na qual os governos se comprometeram a erradicar o cultivo de coca e o hábito de mastigação num prazo de 25 anos (URIARTE & BROTAS, 2007, p.16). Mas, que direito tem uma Comissão ou Convenção de erradicar uma caracterização cultural, de classificar o ato de mascar (chacchar) a coca um “vício étnico”?

O que nos impressiona é que conceituações desse nível continuam a ser elaboradas. Criou-se uma visão pejorativa de que todo *cocalero* boliviano indígena é traficante de cocaína, esse paradigma preconceituoso, passou a ser

intensamente propagado pela mídia internacional, depois que o MAS e Morales anunciaram a criação do Vice-ministério da Coca e do Desenvolvimento Integral (URIARTE & BROTAS, 2007, p.16). Isso soou como uma afronta a comunidade internacional. Mas, se existem fins lícitos para a produção da coca, por que pejar o camponês indígena boliviano? Por que impedi-lo de desenvolver suas atividades produtivas?

A exportação da coca para outros países acontece desde a década de 1970:

Na década de 70, 92% da produção da exportação boliviana de folha de coca ia para a Argentina, e o 8% restante se exportava aos Estados Unidos para abastecer a demanda da Coca-Cola Company. Em 1989 Argentina aprovou uma nova legalização da posse e consumo, que negava a anterior, de 1977, que a proibia (interrompida em 1977 com a ditadura militar). Assim, desde 1989, as exportações bolivianas de folha de coca para o norte argentino não param de aumentar (URIARTE & BROTAS, 2007, p.16).

Existe assim, um mercado legal em que se destina a produção desse arbusto. Dessa forma, nenhum outro Estado ou instituição pode impedir o desenvolvimento de uma nação que utiliza suas potencialidades históricas, seja ela qual for somente porque existe uma não aceitação de determinadas práticas. Logicamente que esse “não - aceitar” tem sustentação no fato de que as sociedades que compõem os Estados se constituem de forma heterogênea, visto suas populações estarem ligadas a grupos com interesses políticos diferenciados. Sabemos que a folha de coca dá origem a um dos

entorpecentes mais danosos e destruidores das sociedades contemporâneas, mas não se podem omitir as outras derivações que a coca proporciona e que são legais.

Nossa intenção não é criar uma retórica que possa parecer apologética a disseminação do ilícito para aqueles que possuem a ótica de que a folha de coca somente pode ser beneficiada para tais fins, e longe de afirmar que o produtor indígena não é capaz de se envolver no processo ilícito de fabricação da pasta de cocaína, até porque como afirma Lia Osório Machado:

[...] os laboratórios de cocaína, em si mesmo bastante simples, não podem ser localizados em áreas muito distantes das zonas de produção, pois o volume de pasta de coca exigiria a mobilização de um sistema de transporte acoplado a um sistema de segurança que encareceria o produto já no primeiro estágio (MACHADO, 1996, p.28).

Assim, é axiomático que algumas comunidades indígenas e não indígenas estão envolvidas no processo de fabricação da cocaína, logicamente, que os motivos são múltiplos, não cabe aqui discuti-los. Assim como generalizações do tipo “nem todo cocalero tradicional é traficante”, não contribuem para o entendimento da realidade. O que não pode ocorrer são deturpações ao processo histórico que é inerente ao país e que também envolve a produção de bens lícitos ao mercado de consumo.

#### OS ANTAGÔNICOS “DISCURSOS”

Em 2006, a *BBC.com* divulgou que um grupo de deputados do Parlamento Europeu declarou apoio a campanha do deputado boliviano

Dionício Nuñez, líder da Campanha Coca e Soberania. Este fato coincide com a aprovação do Parlamento Europeu, em dezembro de 2004, de um relatório do deputado comunista italiano Giusto Catania, propondo a mudança da política europeia sobre as drogas: “A proposta recomenda à União Europeia a investigação sobre os possíveis usos medicinais e alimentícios da coca, do ópio e da maconha” (WASSERMANN, 2010, p.02).

Sobre a mobilização de Dionício Nuñez, o deputado francês Alain Lipietz, presidente da delegação do Parlamento Europeu para relações com os países da Comunidade Andina, declarou que:

O consumo da coca, além de ser legal em muitos países sul-americanos, é totalmente inofensivo para os seres humanos, mas infelizmente a planta foi colocada na lista de substâncias proibidas pela ONU “[...] é um “paradoxo” o fato de um dos componentes do refino da cocaína, que é a coca, estar na lista de produtos proibidos, “enquanto substâncias químicas que também são usadas na fabricação da droga serem perfeitamente legais” (WASSERMANN, 2010, p.02).

O deputado francês ainda considera que os países andinos poderiam ter ganhos econômicos com a possibilidade de comercializar produtos à base de coca. Além disso, segundo ele, isso daria à produção um uso legal, evitando que os produtores tenham como única opção vender seus excedentes para os laboratórios clandestinos de refino de cocaína (WASSERMANN, 2010, p.02).

Esta ação do deputado boliviano, que é um líder cocalero na região boliviana dos Yungas, demonstra os esforços do movimento cocalero para



conseguir a separação total da planta da lista de “substâncias controladas”, o que implica na sua interdição, controle e erradicação (URIARTE & BROTAS, 2007, p.16). É importante frisar que o apoio dos deputados europeus, está inserido num contexto ideológico-partidário que converge tanto para o MAS quanto para os primeiros, já que o citado relatório sobre a mudança da política europeia sobre as drogas provém do partido comunista italiano, fato que vai ao encontro as origem do MAS, também, como partido de esquerda.

Referimos-nos ao aspecto ideológico-partidário desta questão, pois se existem sujeitos externos que convergem com o MAS e o movimento cocalero, é natural que também ocorra uma oposição aos mesmos no ambiente político externo a Bolívia, pois os Estados são compostos por elementos constituintes que divergem acerca de determinadas questões (AZAMBUJA, 1971, p.18/9), e os partidos políticos são elementos que compõem o Estado.

No dia 26 de maio deste ano (2010), José Serra, governador de São Paulo, declarou que havia um suposto envolvimento do presidente boliviano Evo Morales com o tráfico de cocaína para o Brasil. Para Serra, 90% da cocaína consumida no Brasil é boliviana e Morales não faz o “controle desse contrabando” (MAIEROVITCH, 2010, p.02). Tal postura, pode ser entendida como um processo de articulações políticas de oposição, visto que o Estado brasileiro não é politicamente homogêneo, e que de certa forma tal declaração revela uma preocupação com a realidade do comércio mundial de drogas ilícitas e que atingem a Bolívia e o Brasil.

Tomamos essa declaração como exemplo, porque serve de base para verificarmos o quanto a questão do tráfico de drogas ilícitas é complexa, e exacerba os discursos das partes que estão envolvidas no processo concernente ao cultivo e comercialização da folha de coca. Segundo Wálter Maierovitch, desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo e presidente/fundador do Instituto Brasileiro Giovanni Falcone de Ciências Criminais:

Para a elaboração do cloridrato de cocaína, a partir da folha de coca, são necessários insumos químicos: éter, acetona etc. A Bolívia não tem indústria química e o Brasil é o maior fornecedor de precursores químicos para os refinadores bolivianos de cocaína (MAIEROVITCH, 2010, p.02).

O Brasil como pode observar, é um dos principais fornecedores de produtos químicos que contribuem na fabricação da cocaína. As palavras de Marcelo Lopes de Souza ajuda-nos a reforçar a análise do desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo :

O Brasil inscreve-se no cenário internacional da economia das drogas de múltiplas maneiras: como país de trânsito cada vez mais importante, como fornecedor de matérias-primas industriais para a produção de cloridrato de cocaína (éter sulfúrico, acetona, ácido clorídrico), como produtor (produção crescente, apesar de ainda modesta, de coca e cocaína, sem contar o tradicional plantio da maconha) e como consumidor (SOUZA, 1996, p.427).

Pode-se observar a partir de Souza (1996), que o Brasil exerce um papel importante no tráfico internacional, como consumidor, produtor e fornecedor de matérias-primas industriais para a fabricação da cocaína.

Assim, a partir dessa pequena discussão sobre os diferentes discursos referentes ao movimento cocalero, podemos observar o quanto é problemática a questão concernente a esse movimento. Da parte do governo boliviano, ligado aos grupos indígenas que tem na folha da coca uma fonte de renda, desencadeou-se um movimento com o objetivo de uma auto-identificação cultural e valorização ao que se refere a ser indígena, resultado de anos de segregação étnica e social na Bolívia. Num oposto existe um cenário real de problemas sociais que a folha de coca também proporciona, visto que uma de suas derivações é a cocaína, o que alimenta determinados discursos políticos de oposição que surgem, não porque há um objetivo de se pejorar o cocalero boliviano, mas, ao nosso ver, porque apesar do movimento cocalero possuir significações culturais explícitas de auto-afirmação na bolívia, ele é acima de tudo um movimento político.

Logicamente que apesar da “ressocialização” do Estado Boliviano a partir do movimento cocalero e o seu discurso de combate a espoliações domésticas e externas, o atual governo da Bolívia não se encontra, todavia, livre de conflitos sociais devido à chegada de Evo Morales ao poder (o massacre de Pando e o conflitos decorrentes da reforma agrária promulgada pelo governo são exemplos), cabe também lembrar que os setores

oposicionistas ainda têm representação política e organização (TEIXEIRA, 2010, p.07-08).

Assim os “discursos” políticos podem ser materializados conforme a realidade em que se vive e de acordo com os interesses que se quer alcançar, até porque através dos mesmos se identifica de que lado os sujeitos estão e como podem atuar, e de que forma a empiria vai reagir ao que o discurso um dia propôs e ao que se propõe.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento cocalero não está como podemos observar circunscrito somente a Bolívia. Além de proporcionar práticas que visam desenvolver o ambiente político, social e econômico do país, estimula a elaboração de “discursos” que nos servem de parâmetros para identificar o posicionamento de determinados grupos.

Dessa forma, podemos identificar a diferença de atuação entre “governo” que lidera e encaminha as políticas para o Estado; e o Estado propriamente dito, visto o inexorável fato de que a relação de forças que compõem o Estado nem sempre estarem em convergência com as lideranças governamentais que o conduz.

O movimento cocalero representa todo um processo de contradições da sociedade boliviana, da relação de forças que compõem esse Estado. A discussão sobre esse acontecimento político-social não se circunscreve

somente a Bolívia, porque também se insere ao processo de criação de mecanismos que visam a integração da América do Sul.

Dessa forma é importante se conhecer algumas conjunturas que escreveram e escrevem a história política, econômica e social da Bolívia, o que contribuiria para os trâmites que objetivam a efetivação das ações de reciprocidade regional, pois não se trata somente da cooperação entre os Estados do continente sul-americano, mas principalmente dos seus povos. Destacamos então, que o mais importante nesta discussão, está relacionado ao fato de que todo processo de integração, seja ele político, social, cultural, etc., somente pode assim ser denominado, a partir do momento em que se conhece o “outro”. Mas é preciso ressaltar que a integração consiste em antagonismos, e por isso é necessário a análise de determinados discursos, o fato de serem de caráter partidário não significa que venham a ser consideradas como verdade supremas.

Por exemplo, a disseminação de “rótulos” e a oficialização dos estereótipos, somente vêm prejudicar os esforços que se realizam para se promover a aproximação e autonomia dos países da América do Sul. Ao se estereotipar o “cocalero” boliviano indígena de traficante de cocaína, quase sempre, e na maioria das vezes, é comum associar a população indígena ao movimento cocalero, e esse movimento com a produção da pasta-base de cocaína. É mister ressaltar que parte da população boliviana que tem origem indígena, pode não estar ligada ao cultivo tradicional da coca.

O que queremos dizer é que alguns discursos produzidos, em muitos momentos, deixam parecer que como mais de 80 % da população boliviana é de origem indígena, todos estão ligados ao cultivo da coca, e ao surgirem as acusações por setores de determinadas sociedades, principalmente a brasileira, na tentativa de acusar o governo do MAS por promover uma política pró-coca, qualificando-o de conivente com o tráfico de drogas, pensamos que da mesma forma se acusa a população boliviana em geral, pois se passa a idéia de que todos os indígenas bolivianos desenvolvem a atividade do cultivo da folha de coca e conseqüentemente os mesmos também são coniventes com as práticas ilícitas. Daí surge o estereótipo, e as concepções pejorativas que alimentam os discursos de grupos que participam ativamente das questões políticas e econômicas dos Estados.

Ainda ressaltamos que não foi intenção da nossa parte, fazer apologia a nenhum grupo político-partidário ao citarmos os nomes de alguns sujeitos das conjunturas apresentadas. Assim o fizemos, para demonstrarmos o contexto do Estado boliviano e o posicionamento dos mesmos (extremamente antagônicos), no desenrolar de um processo que objetiva, acima de tudo, a integração do continente.

Assim, pensamos que um dos primeiros procedimentos a serem tomados, devem estar relacionados com a aproximação do “outro”, devemos conhecer, não absolutamente, mas de uma forma que seja suficiente para não criarmos realidades infundadas sobre os pares que protagonizam uma nova realidade para a América do Sul. Sem tal procedimento, “discursos”

estereotipados e pejorativos entre os Estados-nações continuarão a serem produzidos. O que vem a contribuir cada vez mais para acirrar as rivalidades existentes entre os Estados sul-americanos, “rivalidade” que é a chave-mestra das dificuldades que envolvem o processo de integração da América do Sul.

## BIBLIOGRAFIA

AZAMBUJA, D. P. Teoria Geral do Estado. Editora: Globo, 1971.

ANDERSON, Perry. Pós Neo-liberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático. São Paulo, Vozes, 1996

BATISTA Jr., Paulo Nogueira. A América do Sul em movimento. Revista de Economia Política, vol.28, nº 2, 2008

CHOSSUDOVSKY, Michel. A Globalização da Pobreza: Impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. São Paulo: Moderna, 1999

Defesa Brasil, Para Serra, governo da Bolívia é 'cúmplice do tráfico'. Disponível em: <[http:// www. http://www.defesabrasil.com/site/noticias/relacoes-exteriores](http://www.defesabrasil.com/site/noticias/relacoes-exteriores)>. Acesso em: 18 agosto 2010

MAMIGONIAN, Armen. Qual o futuro da América Latina? In: LEMOS Amália Inês Geraiges; SILVEIRA, Maria Laura; ARROYO, Mônica. (orgs.). Questões territoriais na América Latina. Buenos Aires/São Paulo, CLACSO/USP, 2006

MACHADO, Lia Osório. O comércio ilícito de drogas e a geografia da integração financeira: uma simbiose? In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). Brasil: Questões Atuais da Reorganização do Território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996

MELO, Serafim Carvalho. Mato Grosso no Centro-Oeste Sul-Americano. Cuiabá: UFMT, 2005

PINTO, Luiz Fernando Sanná. Hegemonia e Reestruturação do Sistema Mundial Capitalista. In: SILVA, Luisa Maria Nunes de Moura e; PINTO, Luiz Fernando Sanná; SOUZA, Nilson Araújo (orgs.).Relações Internacionais do Brasil e Integração Latino-Americana.Campo Grande:Editora UFMS,2008

RIBEIRO, Darcy. As Américas e a civilização: processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos. São Paulo,Companhia das Letras, 2007.

SADER, Emir. América Latina en el siglo XXI.In: BORON,A.A.; LECHINI,G.Política y movimientos sociales em um mundo hegemônico.Lecciones desde África,Ásia y América Latina.1º Ed.,Bueno Aires,Clacso,2006

SOUZA,Nilson Araújo.Conflito entre duas estratégias de Integração Econômica Regional.In: SILVA, Luisa Maria Nunes de Moura e;PINTO,Luiz Fernando Sanná;SOUZA,Nilson Araújo (orgs.).Relações Internacionais do Brasil e Integração Latino-Americana.Campo Grande:Editora UFMS,2008

SOUZA, Osmar Ramão Galeano de. Do conflito à cooperação internacional: Relações Brasil/Bolívia. Campo Grande, MS: Ed.UNIDERP, 2004

SOUZA, Marcelo Lopes de. As drogas e a “questão urbana” no Brasil. A dinâmica sócio-espacial nas cidades brasileiras sob a influência do tráfico de tóxicos. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). Brasil: Questões Atuais da Reorganização do Território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil,1996

TEIXEIRA, Rita De Cássia Martins. Identidades indígenas nos movimentos sociais Populares e Urbanos da Bolívia. 2009. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de Brasília



TEIXEIRA, Jorge Luan Rodrigues. A Bolívia, os movimentos indígenas e a emergência do “Estado ressocializado”. Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina ISSN: 2177-9503 Imperialismo, nacionalismo e militarismo no Século XXI. São Paulo: AGB, p. 1-14, 2010. 1 CD-ROM.

URIARTE, Montoya Urpi; BROTAS, Antônio Marcos Pereira. O predomínio do enquadramento político-nacionalista na cobertura da nacionalização do gás natural da Bolívia. São Paulo: Editora USP, 2007

WASSERMANN, Rogério. Eleição de Evo Morales dá força a campanha pró-coca. [online]. set. 2006. Disponível em: <[http:// www.bbc.co.uk](http://www.bbc.co.uk)>. Acesso em: 18 agosto 2010

MAIEROVITCH, Wálter Fanganiello. Maierovitch: José Serra, entre drogas e alucinações. [online]. Carta Capital, São Paulo, 25 julho 2010. Disponível em: <<http://portalctb.org.br>>. Acesso em: 18 agosto 2010

MAIEROVITCH, Wálter Fanganiello. Crime Organizado. Lula e Lugo unidos. PIB paraguaio dependente da bandagem. [online]. Disponível em: <<http://maierovitch.blog.terra.com.br>>. Acesso em: 04 outubro 2010